HORIZONTE HISTÓRICO

ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

LIVROS HORIZONTE

Edição Patrocinada por:

Reitoria da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Câmara Municipal do Porto
Fundação Engenheiro António de Almeida
Fundação Calouste Gulbenkian
Centro de Estudos da População e Família

ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Homenagem ao Professor Víctor de Sá

Organização do
Centro de História da Universidade do Porto

Livros Horizonte

A MAÇONARIA DO PORTO E A REVOLTA REPUBLICANA DE 1891

Fernando de Sousa

1. INTRODUÇÃO

Numerosas especulações têm sido desenvolvidas quanto à intervenção da Maçonaria na revolta republicana do Porto, em 31 de Janeiro de 1891.

Sabe-se, com efeito, por João Chagas, que algumas reuniões preparatórias da insurreição tiveram lugar nas instalações do grémio *Independência,* por iniciativa de Alves da Veiga, o «chefe civil» do movimento, e temos ainda indicações de que, na noite da revolta, alguns conjurados se teriam reunido na loja *União Latina.*

São conhecidas, também, as críticas que Basílio Teles dirigiu aos membros da loja *Independência,* quanto à oportunidade da cerimónia da proclamação da República, na Câmara Municipal, antes de o Porto se encontrar nas mãos dos revoltosos. Por outro lado, Sampaio Bruno escreve que, nas vésperas da revolta, se conspirava abertamente nas lojas maçónicas do Porto.

Finalmente, é do conhecimento público que a Maçonaria do Porto comemora, todos os anos, a data de 31 de Janeiro de 1891, a qual reivindica, de algum modo, como sua, apesar de ignorar o papel efectivamente desempenhado pela Ordem na primeira tentativa da instauração da República em Portugal.

Importa assim, a um século de distância, esclarecer algumas questões que, até ao momento, têm permanecido em aberto. Qual a importância da Maçonaria na capital do Norte, em 1891? Até que ponto a Ordem se empenhou na revolta? Qual a posição tomada pela Maçonaria portuguesa face aos acontecimentos?

2. A MAÇONARIA DO PORTO EM INÍCIOS DE 1891

O *Vale do Porto* (assim se designava o conjunto das lojas maçónicas da cidade), ao tempo da revolta de 31 de Janeiro, era constituído por quatro lojas, a *Honra e Dever*, a *Independência*, a *Independência Lusitana* e a *Liberdade 164*, que registavam um total de cento e setenta e oito membros.

A loja *Honra e Dever*, que conheceu na fase do seu lançamento a designação de *Pátria e Família*, instalada em 1887 por doze irmãos, somava trinta membros.

A loja *Independência*, aberta em 1885 por doze maçãos, contava cinquenta e dois elementos, tendo como venerável Alves da Veiga, considerado pela sua profissão, intervenção política e idade maçónica, um dos elementos mais activos e preponderantes da Maçonaria do Porto.

A loja *Independência Lusitana* apareceu em 1887 por iniciativa de sete mestres, e registava também, cinquenta e dois membros.

QUADRO 1:
Movimento das Lojas do Vale do Porto (1885-1891)

Anos de Iniciação e Regularização	Honra e Dever	Independência	Independência Lusitana	Liberdade 164	TOTAL
1885	–	8	–	–	8
1886	–	3	–	14	17
1887	12	8	9	7	36
1888	4	9	6	3	22
1889	13	10	15	4	42
1890	8	13	22	8	51
1891*	1	1	–	–	2
TOTAL	38	52	52	36	178

* Até 31 de Janeiro de 1891.

Finalmente, temos a *Liberdade 164*, que levantou colunas em 1886, por decisão de sete irmãos, e que integrava trinta e seis elementos.

A loja *União Latina*, a que António Claro se refere como local de encontro de alguns revoltosos na eminência da sublevação, só foi instalada em Junho de 1891, carecendo assim de fundamento tal indicação.

Estamos assim perante uma maçonaria jovem, com quatro lojas fundadas nos seis anos que precederam a revolta, e cujos membros foram recrutados, na sua grande maioria, 52%, nos anos de 1889-90.

3. DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DA MAÇONARIA POR GRUPOS DE IDADES E ESTADO CIVIL

Uma maçonaria jovem, igualmente, quanto à idade dos seus filiados. Com efeito, 63% dos irmãos do Vale do Porto têm menos de 34 anos, situando-se a moda no gupo etário dos 25-29 anos. Acima dos 50 anos registam-se apenas sete elementos.

QUADRO 2:
Distribuição dos membros das Lojas Maçónicas do Porto por grupos etários (1891)

Grupos Etários	Honra e Dever	Independência	Independência Lusitana	Liberdade 164	TOTAL
20-24	1	5	6	4	16
25-29	17	14	15	8	54
30-34	9	8	19	6	42
35-39	5	12	4	7	28
40-44	1	7	4	4	16
45-49	2	4	2	3	11
50-54	2	–	3	1	6
55-59	–	1	–	1	2
60-64	–	–	–	2	2
TOTAL	37	51	53	36	177

NOTA: Não foi possível apurar a idade de um maçon.

Quanto ao estado civil verifica-se que existe uma igual proporção, 48%, de solteiros e casados, e apenas 4% de viúvos.

QUADRO 3:
Estado Civil dos Maçãos do Porto (1891)

Estado Civil	Honra e Dever	Independência	Independência Lusitana	Liberdade 164	TOTAL
Solteiros	18	23	30	14	85
Casados	20	25	20	20	85
Viúvos	–	3	3	2	8
TOTAL	38	51	53	36	178

NOTA: Incluídos em «Solteiros» quatro elementos sem indicação do estado civil.

4. IDADE MAÇÓNICA DOS OBREIROS DO VALE DO PORTO

A «juventude» da Maçonaria da capital do Norte patenteia-se igualmente quando analisamos a «idade maçónica» dos seus membros, particularmente, daqueles que atingiram os graus mais elevados da hierarquia da Ordem.

Dos cento e setenta e oito maçãos existentes nos inícios de 1891, trinta e sete são ainda iniciados, cento e dezanove encontram-se entre os graus 2 e 7, e vinte e três distribuem-se entre os graus 20 e 33. Ora, dos dezasseis elementos com grau superior ao 30, onze têm menos de 45 anos, e desses, quatro com idades inferiores ao 40 anos foram iniciados entre 1886-1888, o que deixa entender uma ascensão vertiginosa, prática aliás comum na Maçonaria portuguesa de então.

Com o grau 33 temos seis elementos, dos quais se destacam Alves da Veiga, que dirige a loja *Independência,* e José Diogo Arroio, que pertence à *Liberdade 164,* político regenerador e lente da Academia Politécnica do Porto, iniciado em 1888, e que em dois anos atingiu o grau máximo da Ordem.

QUADRO 4:
Graus da Maçonaria do Porto (1891)

Graus	Nº de Irmãos				
	Honra e Dever	Independência	Independência Lusitana	Liberdade 164	TOTAL
Iniciados	7	13	12	5	37
2	4	10	7	–	21
3	12	4	19	4	39
4	4	10	9	4	27
5	2	1	2	–	5
6	1	10	–	1	12
7	3	1	3	7	14
20	1	–	–	1	2
25	3	1	–	1	5
29	–	–	–	–	–
30	–	–	–	3	3
31	–	–	–	5	5
32	–	–	1	1	2
33	1	1	–	4	6
TOTAL	38	51	53	36	178

5. NATURALIDADE DOS IRMÃOS PERTENCENTES AO VALE DO PORTO

Se tivermos em consideração a origem geográfica dos maçãos filiados nas oficinas da cidade, chegamos à conclusão de que nos encontramos perante uma *Maçonaria no Porto* e não uma *Maçonaria do Porto*.

Com efeito, dos cento e setenta e três elementos cuja naturalidade foi possível apurar, catorze (8%) são estrangeiros, noventa e oito (57%) são oriundos de várias regiões do País, sobretudo do Norte de Portugal, e apenas sessenta e um (35%) nasceram no Porto.

Dos dezasseis irmãos mais qualificados, apenas três, um professor da Academia Politécnica, um negociante e um proprietário, são naturais da cidade. Alves da Veiga, o principal responsável civil pela revolta de 31 de Janeiro, é natural de Izeda, lugar do concelho de Bragança.

QUADRO 5:
Naturalidade dos elementos da Maçonaria do Porto (1891)

Nacionais

Naturalidade	nº	Naturalidade	nº	Naturalidade	nº
Almendra	1	Foz Côa	1	Ponte de Lima	2
Amarante	2	Foz do Douro	1	Porto	61
Amares	1	F. Espada-à-Cinta	1	Póvoa do Varzim	1
Arcos de Valdevez	1	Gondomar	2	Régua	4
Armamar	1	Guimarães	1	Resende	1
Aveiro	3	Izeda	1	S. Marta Penaguião	2
Baião	1	Lisboa	4	Santo Tirso	1
Baltar	1	Macedo de Cavaleiros	1	S. Pedro da Cova	1
Barcelos	2	Marco de Canaveses	1	S. Pedro do Sul	1
Basto	1	Matosinhos	1	Serrazes	1
Braga	1	Mesão Frio	1	Sousa	1
Cabeceiras de Basto	1	Mirandela	1	Souto de Lafões	1
Cambres	1	Moncorvo	1	Tábua	1
Caminha	1	Montalegre	1	Tavira	1
Campeã	1	Montemor-o-Velho	1	Torres Novas	1
Carrazeda de Ansiães	1	Mortágua	1	Valença	1
Castelo de Paiva	1	Oliveira de Azeméis	1	Valongo	1
Coimbra	2	Ovar	1	Vieira do Minho	1
Eixo	1	Penacova	1	Vila da Feira	2
Elvas	4	Penafiel	1	Vila do Conde	1
Ervedosa do Douro	1	Penalva do Castelo	1	Vila Nova de Gaia	4
Escalhão	1	Penamacor	1	Vila Pouca de Aguiar	1
Fafe	1	Pinhel	1	Vila Real	2
Felgueiras	2	Poiares	1	Vila Verde	3
Folgosa	1	Pomares	1	TOTAL	159

Estrangeiros

Nacionalidade	nº
Alemanha	2
Bélgica	1
Brasil	5
França	3
Inglaterra	1
Itália	1
Suíça	1
TOTAL	14

É certo que esta realidade tem muito a ver com a atracção demográfica que o Porto exercia sobre as populações do Norte de Portugal. Em 1890, apenas 56% dos habitantes da cidade eram portuenses. Mas os valores encontrados para os maçãos naturais de fora da cidade revelam-se bem mais elevados.

Podemos mesmo concluir, pelos valores encontrados para a naturalidade dos maçãos do Porto, que a Ordem funcionava com um organismo privilegiado de integração social para estes homens vindos da província, gente desenraízada que, por razões de natureza económica, se transferia para a cidade, aqui passando a viver.

6. CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DOS MAÇÃOS DO PORTO

A análise sócio-profissional dos obreiros do Vale do Porto revela-nos o predomínio incontestado dos negociantes, oitenta e três (40%), número que inclui onze ourives, a que se seguem dezassete (10%) empregados de comércio, onze industriais, nove proprietários e nove elementos das profissões liberais.

Entre os maçãos de prestígio sócio-profissional mais elevado registavam-se José Arroio, lente da Academia Politécnica do Porto e um dos principais fundadores do *Jornal de Notícias*, Guilherme Gomes Fernandes, inspector-geral do serviço de incêndios do Porto, e Alves da Veiga, advogado, professor e proprietário.

Temos assim um espectro profissional relativamente diversificado, mas onde se verifica a total ausência do operariado e de membros das forças armadas, e a débil presença da grande burguesia comercial e financeira.

Recrutada fundamentalmente entre a pequena e a média burguesia, a Maçonaria do Porto, ao tempo da revolta de 31 de Janeiro, está longe de apresentar o perfil sociológico da cidade.

7. A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA NA REVOLTA DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Uma vez delineado o quadro geral da Maçonaria do Vale do Porto, importa apurar a responsabilidade que lhe compete na preparação e concretização da revolta.

Será que a Maçonaria do Porto professava ideias essencialmente democráticas e pretendia fazer vingar a República através de uma insurreição?

As quatro lojas do Porto aparecem-nos, como já vimos, em anos anteriores ao *Ultimatum* (1890), isto é, num período em que os republicanos não levantavam sequer a hipótese da conquista do poder pelas armas, a denunciarem, assim, o carácter perfeitamente normal da sua fundação. E os seus nomes também não sugerem intenções revolucionárias, outrossim, princípios caros à sociedade liberal do tempo, como *Honra e Dever* (que substituíra a não menos conservadora designação de *Pátria e Família), Liberdade, Independência* e mesmo *Independência Lusitana,* esta última, numa clara alusão e distanciamento do federalismo ibérico tão caro aos republicanos. O mesmo se poderá dizer se tomarmos em consideração os nomes simbólicos adoptados pelos membros da Ordem aquando da sua iniciação. Com efeito, apenas um dúzia de nomes sugere algum inconformismo, republicanismo ou tentação revolucionária, como Carnot, Desmoulins, Gambetta, Lafayette, Marat, Rousseau, Voltaire, e mesmo Deodoro da Fonseca e Joaquim Nabuco. De figuras republicanas portuguesas registem-se apenas Henriques Nogueira, José Falcão e Rodrigues de Freitas. A maioria esmagadora dos nomes simbólicos inspira-se nas grandes figuras da história pátria, desde Egas Moniz aos grandes vultos dos séculos XV e XVI – infante D. Henrique, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, Camões, Gil Vicente, etc., e aos homens do nosso liberalismo oitocentista como Alexandre Herculano, Borges Carneiro, Fernandes Tomás, Fradesso da Silveira, Passos Manuel, Rebelo da Silva, Silva Passos, Silva Porto, etc. Curiosamente, apesar da glorificação efectuada pelos republicanos da figura do marquês de Pombal, em 1882, aquando das comemorações do centenário da sua morte, apenas um maçon nos surge com o nome simbólico do ministro de D. José.

Por outro lado, o ritmo de crescimento e o tipo de recrutamento das oficinas maçónicas também não nos permite concluir no sentido de qualquer preparação de um movimento revolucionário.

Como já afirmámos, mais de 50% dos irmãos do Vale do Porto existentes em 31 de Janeiro de 1891 foram iniciados, regularizados ou filiados nos dois anos que precederam a revolta.

Em 1890, ano em que os republicanos principiaram a organização da revolta, entraram na Maçonaria portuense cinquenta e um elementos, dos quais trinta e cinco para as lojas *Independência* e *Independência Lusitana.*

Será que boa parte deles se encontrava ligada à insurreição?

A análise da naturalidade e profissões daqueles que passaram a fazer parte da Instituição no ano do *Ultimatum* deixa-nos a suspeita de que a admissão de certos elementos não foi inocente. Com efeito, a admissão de três negociantes e um proprietário na loja *Independência,* de que era venerável Alves da Veiga, naturais e residentes em Cambres, Marco de Canavezes, Resende e Vila Pouca de Aguiar, poderá eventualmente estar ligada com as deslocações de Alves da Veiga ao Norte de Portugal, em ordem à formação de *comités* que tinham por missão secundar a revolta do Porto. E no mesmo ano, aparecem-nos também dois indivíduos na oficina *Independência Lusitana,* cuja entrada deve estar relacionada com a preparação do movimento, uma vez que eram telegrafistas.

Mas torna-se extremamente difícil efectuar uma leitura revolucionária do movimento de admissões na Maçonaria do Vale do Porto, em 1890. Na verdade, com excepção de António de Almeida, Aurélio dos Reis e Miguel Verdial, todos eles já republicanos convictos, nenhum elemento admitido nesse ano participou activamente na *República das oito horas.*

A metodologia utilizada no recrutamento de novos membros – apresentação de candidatos por qualquer irmão e respectiva aprovação ou rejeição em loja – e a livre intervenção dos maçãos e das lojas no mundo profano, impedia e continua a impedir qualquer tentativa de hegemonização ideológico-política da Ordem. Nas vésperas da revolta de 1891, a Maçonaria do Porto albergava no seu seio regeneradores, progressistas e republicanos, em boa verdade, traduzindo a sensibilidade política da urbe, mais monárquicos que republicanos.

Alves da Veiga é venerável da loja *Independência* donde saíram os irmãos mais activos da revolta. Mas as lojas *Honra e Dever, Independência Lusitana e Liberdade 164* são predominantemente monárquicas. A oficina *Liberdade 164* é mesmo constituída maioritariamente, por regeneradores – ou seja, os monárquicos de tendência mais conservadora – uma loja de «notáveis» onde pontifica José Diogo Arroio, um dos principais

chefes do Partido Regenerador do Porto, e da qual fazem parte Guilherme Gomes Fernandes, inspector-geral dos incêndios da cidade, Vaz de Miranda e Alfredo Guimarães, estes dois últimos, fundadores com José Arroio, do *Jornal de Notícias,* orgão diário do Partido Regenerador.

A singela comparação dos nomes dos indivíduos pertencentes à Maçonaria do Porto com os nomes dos elementos implicados na revolta, absolve, de modo inequívoco, a Ordem quanto ao seu comprometimento em 1891 (Cf. Anexo).

Dos vinte e dois civis julgados em conselho de guerra após o fracasso da revolta, apenas dois pertenciam à Maçonaria, Aurélio dos Reis, comerciante, que foi absolvido, e Miguel Verdial, que foi condenado, um neófito na Ordem, uma vez que a sua admissão se verificou em Novembro de 1890.

Das mais de cinco dezenas de exilados que identificámos até ao momento, apenas Alves da Veiga fazia parte da Maçonaria, aliás, o único venerável das lojas do Porto comprometido na insurreição.

João Chagas, redactor do Jornal *República Portuguesa,* Basílio Teles, Sampaio Bruno e Júlio de Matos, todos eles republicanos com importantes responsabilidades na preparação do movimento, não faziam parte da Maçonaria.

Santos Cardoso, proprietário, editor e redactor do jornal *A Justiça Portuguesa,* que atiçou durante longos meses a violência contra a Monarquia, e constituiu o elemento preponderante da aliciação dos militares que participaram na revolta, não era maçon.

Com excepção de Alves da Veiga, nenhum dos sete membros anunciados para integrarem o Governo Provisório pertencia à Maçonaria, o mesmo acontecendo com todos os soldados, sargentos e oficiais revoltosos, e com os numerosos advogados que defenderam os presos em conselho de guerra.

Fazendo parte da Maçonaria do Porto, apenas detectamos seis maçons envolvidos na insurreição, Alves da Veiga, que se expatriou, Aurélio dos Reis, da loja *Honra e Dever,* julgado em conselho de guerra e absolvido, Miguel Verdial, da loja *Independência,* julgado em conselho de guerra e condenado, Adriano Pimenta, da *Honra e Dever,* António Pinto de Almeida e Francisco Sousa Paula, ambos da *Independência,* que não chegaram porém a ser presos.

De lojas maçónicas situadas fora do Porto, apenas temos conhecimento da participação do republicano Heliodoro Salgado nos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891, um recém-chegado à Ordem, uma vez que tinha sido admitido em 1890, na loja *Obreiros do Trabalho,* ao Vale de Lisboa.

Quer isto dizer que a Maçonaria de Lisboa ignorava o movimento do Porto?

É claro que os maçãos republicanos de Lisboa não só tinham conhecimento da revolta como se esforçavam por a secundar na capital.

Elias Garcia, principal figura do Partido Republicano Português e Grão-Mestre da Maçonaria, estava perfeitamente ao corrente do andamento da insurreição nortenha, sem todavia comprometer institucionalmente naquela, quer o Partido Republicano quer a Ordem.

Efectivamente, as reuniões conspiratórias que se desenrolaram em Lisboa, e nas quais participaram, além de Elias Garcia, outros republicanos e maçãos como Constâncio de Oliveira, Feio Terenas, Gomes da Silva, Higino de Sousa, Tomás Cabreira, etc., tiveram sempre lugar na casa de António Carlos de Magalhães.

Elias Garcia, contudo, em inícios de 1891, quando se encontrava já substituído interinamente das funções de Grão-Mestre da maçonaria, foi obrigado a abandonar o directório do Partido Republicano vendo assim a sua influência política drasticamente reduzida. Apesar disso, Alves da Veiga continuou a manter estreitas ligações com o velho general, dando-lhe conta da evolução dos acontecimentos. Dois dias antes da insurreição, Elias Garcia, que se encontrava já bastante debilitado pela doença que alguns meses mais tarde o vitimou, recebeu uma carta de Alves da Veiga, de que foi portador um irmão da loja *Independência,* na qual o advogado do Porto lhe comunicava que o dia da revolta, contra sua vontade, tinha sido antecipado, pedindo-lhe, por tal motivo, a sua imediata intervenção a fim de Lisboa secundar o movimento, bastando para tal – garantia Alves da Veiga – o levantamento de um ou dois regimentos da capital.

Elias Garcia e outros maçãos republicanos que com ele se encontravam, limitaram-se a enviar ao Porto um sargento que levava instruções para impedir a insurreição, mas que foi encontrar já as tropas na rua! ...

A tal diligência parece ter-se reduzido a intervenção de Lisboa, quer ao nível da Maçonaria, quer ao nível do Partido Republicano, a demonstrar a ausência de um verdadeiro plano a nível nacional, e a precipitação dos revoltosos do Porto.

8. POSIÇÃO DO GRANDE ORIENTE LUSITANO FACE À REVOLTA DO PORTO

Se a intervenção da Maçonaria não foi determinante no desenrolar da insurreição, a posição do grande Oriente Lusitano no rescaldo dos acontecimentos não se fez esperar, quer através do Grão-Mestre interino, quer através do Supremo Conselho, condenando firme e peremptoriamente, logo nos inícios de Fevereiro, o movimento do Porto como contrário aos princípios da Instituição, «hoje não revolucionária», mandando suspender Alves da Veiga e todos os irmãos acusados ou que fossem indiciados como estando implicados na revolta, e repudiando qualquer conivência naquele «desgraçado facto».

A Ordem, afinal, à semelhança do Partido Republicano, não fez mais que demarcar-se da aventura revolucionária do Porto, que sabia praticamente votada ao fracasso, a fim de preservar a sua integridade e continuidade.

Alves da Veiga, enquanto membro de ambas as instituições actuou efectivamente à revelia dos poderes constituídos, provocando, quer na Maçonaria, quer no Partido Republicano, uma efectiva e temporária cisão entre o Porto e Lisboa, cisão esta que, no que diz respeito à Maçonaria, tivera já antecedentes no século XIX.

Uma dissidência mesmo entre a familia maçónica do Vale do Porto, uma vez que só um escasso número dos seus irmãos participou na revolta.

As reuniões efectuadas nas instalações do grémio *Independência* devem entender-se à luz da referida cisão e à impunidade de que Alves da Veiga disfrutava pelas suas funções de venerável, ciente de que os seus irmãos, muitos deles monárquicos, apesar de não corroborarem as suas ideias, não denunciariam as suas acções, ilegais, sem dúvida, à luz da Constituição e regulamentos da Ordem.

A intervenção da Maçonaria do Porto nos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891, salvo, naturalmente, as pessoas já indicadas, reduziu-se, fundamentalmente, à cumplicidade do silêncio.

Uma vez restabelecida a paz na capital do Norte, as oficinas do Porto e da Instituição em geral, continuaram a efectuar os seus trabalhos, como normalmente, e em inteira liberdade, não tendo havido qualquer censura ou advertência do Governo à Ordem.

Os testemunhos de Basílio Teles, António Claro e Sampaio Bruno, devem assim ser entendidos como testemunhos escritos numa época em que a Monarquia se encontrava ainda vigente, testemunhos esses de pessoas, recorde-se, que não pertenceram à Maçonaria.

9. CONCLUSÃO

O Grande Oriente Lusitano não apadrinhou e, muito menos, incentivou o movimento de 31 de Janeiro de 1891, o que ajuda a explicar, se não o fracasso, pelo menos o isolamento dos revoltosos e a efémera duração daquele fenómeno revolucionário.

Poderia ter sido de outro modo?

Acaso a Ordem, ao longo da sua multissecular existência em Portugal, alguma vez fundamentou o recrutamento dos seus membros em motivos de natureza ideológica ou partidária, de modo a obter, entre os mesmos, uma inteira uniformidade de pontos de vista?

Não é, afinal, na multiplicidade de credos religiosos, ideológicos e políticos, assumidos livremente pelos seus irmãos, em suma, na tolerância, que a Maçonaria sempre encontrou a sua força e legitimou a sua existência?

Na revolta de 31 de Janeiro, efectivada por militares, os civis julgados ou expatriados, sofreram a cadeia e o exílio, não enquanto membros da Maçonaria, mas enquanto republicanos.

A consagração desta data pela Maçonaria do Porto, mais que pela sua intervenção em tais acontecimentos, tem a ver, sobretudo, com a posterior evolução política nacional e com a interpretação mítico-simbólica da realidade, que em próximo trabalho iremos explicar.

ANEXO: A Maçonaria e a Revolta do Porto de 1891

Membros da Maçonaria	Civis implicados na revolta
	ÁGUIA, Manuel José
	AGUIAR, Carlos Américo
	ALBUQUERQUE, Joaquim Azevedo
ALMEIDA, António Pinto de	ALMEIDA, António Pinto de
ALMEIDA, Eduardo Machado	
	ALMEIDA, Luís Augusto Simões
ALMEIDA, Manuel	
ALMEIDA Júnior, António Ribeiro da Costa	
	ALVES, Clemente Gomes
AMARAL, Álvaro	
AMARAL, José Martins da Costa	
AMORIM, Francisco Gonçalves	
AMORIM, Henrique Teles Massano da Silva	
ARAÚJO, António	
ARAÚJO Júnior, António Ribeiro	
ARROIO, José Diogo	
AZEVEDO, António Augusto Peixoto de Faria	
AZEVEDO, António Pinto	
	AZEVEDO, Joaquim Domingues
ÁVILA, Augusto Artur Lobo	
BAERA, Hipólito	
	BALSEMÃO, Francisco Pinto
	BANDARRA, Fernando Augusto Ricardo
BAPTISTA, Alberto Lopes	
BAPTISTA, Joaquim de Oliveira	
	BARBOSA, Álvaro Augusto Gustavo da Rocha
BARBOSA, Júlio	
BARBOSA, Manuel Alves	
BARBOSA, Raimundo José	
	BARBOSA Júnior, Manuel Joaquim
	BARREIROS, António Gonçalves
BARROS, Manuel José	
BASTO, José Luís Alves Pereira	
	BESSA, Manuel
BASTOS Jr., Francisco Fernandes de Magalhães	
BRAGA, Alfredo António da Costa	
BRAGA, Alfredo Gomes da Costa	
BRAGA, Artur António da Costa	
BRAGA, Florêncio Pinto	
BRAGA, João José da Costa	
BRAGA, José Fernandes	
BRAGANTE Júnior, Joaquim Coelho	
BRANDÃO, Afonso	
BRANDÃO, Elizário Augusto da Costa	
BRANDÃO, Manuel Nunes da Fonseca	

Membros da Maçonaria	Civis implicados na revolta
	BRITO, Joaquim Tomás
BRUT, Fernando	
	CÂMARA, Carlos Infante
CAMPOS, Albino Augusto	
CAMPOS, José de Almeida	
	CANEDO, Pinto
CARDOSO, Augusto Maria	
CARDOSO, Gualdemiro Pereira	
	CARDOSO, Henrique José dos Santos
	CARMO, Camilo
	CARNEIRO, Adolfo
	CARNEIRO, Miguel da Silva
CARRAMILLO, Zeferino	
CARVALHO, Alfredo de Morais	
CARVALHO, Gabriel Antunes	
CARVALHO Júnior, José Francisco Vieira	
CASTANHEIRA, José António	
CASTRO, José Augusto de Figueiredo	
	CHAGAS, João Pinheiro
	CIRNE, Aureliano
	COIMBRA, Cunha
CORREIA, Manuel Gonçalves	
CORREIA, Rodrigo Grainho	
COSTA, Bernardo de Arede Lopes	
COSTA, Francisco Maria Dias	
COSTA, José Soares da Cunha	
	COSTA, Manuel Pereira
	COSTA, Pedro
COSTA, Pedro Duarte	
COUTINHO, Manuel Freitas da Silva	
	CRISTO, Francisco Manuel Homem
CRUZ, José Alves da Silva	
CRUZ, José Martins	
	CRUZ, Salvador Azevedo
CUNHA, Clemente Alves	
DÂMASO, Bernardo da Silva	
DIAS, José Guilherme Baptista	
DIAS Júnior, António Pereira	
DIEGUES, Ernesto Elísio Pereira	
	DURÃO, José Maria
FARIA, António José	
	FERNANDES, Alfredo
	FERNANDES, Augusto Vergueiro
FERNANDES, David da Luz	
FERNANDES, Guilherme Gomes	
FERRAZ, António dos Santos Pereira de Sequeira	
	FERRAZ, Carlos

Membros da Maçonaria	Civis implicados na revolta
	FERREIRA, António Augusto
	FERREIRA, Norberto José
FERREIRA, Valentim Pinto	FERREIRA, Valentim Pinto
FERREIRA Júnior, Simão José Gomes	
FERRO, João da Rocha Coutinho	
	FONSECA, António Claro
FONSECA, António Pinto	
	FONSECA, João Correia da
FONSECA, José Pinto	
FRAGA, José Esteves	
FRANCO, Desidério Procópio Simplício	
FREITAS, João Alves	
FREITAS, José Ribeiro	
GAMA, Alfredo	
GAMA, Júlio	
GLAMA, António Eduardo	
	GONÇALVES, José Ferreira
GUEDES, Alfredo Augusto Teixeira	
GUEDES, Marcos	
GUERRA, Alfredo Augusto	
GUIMARÃES, Alfredo Ferreira Dias	
GUIMARÃES, António Cândido Correia	
GUIMARÃES, António Lopes Alves	
GUIMARÃES, António Soares	
GUIMARÃES, Francisco José Ferreira	
GUIMARÃES, Joaquim Augusto Marques	
HITZEMAN, Joh	
HOMEM, Artur Borges Pinto	
	JESUS, José
LAFONT, Jean	
LAGOA, Manuel	
LAVARRÉ, Augusto	
	LEITÃO, Joaquim
LEMOS, Sebastião Soares Gomes	
LIMA, Pedro de Sousa	
	LOBO, Acácio Alberto de Morais
LOBO, Francisco Alves	
LOPES, António Manuel	
	LOPES, Joaquim José Amoinha
MACEDO, Jacomo Fernandes Alves	
	MACHADO, Álvaro Anércio
MACHADO, Francisco de Assis	
	MACHADO, Pedro do Amaral Boto
MAGALHÃES, José Ferreira dos Santos	
	MAGALHÃES, Sebastião de
MARQUES, António da Costa	
	MARQUES, Augusto

Membros da Maçonaria	Civis implicados na revolta
MARQUES, José Fernandes	
	MARTINS, Germano Lopes
MARTINS, Jost	
MARUJO, Albano Alves	
MATOS, António Joaquim de Sousa	
MATOS, Eduardo da Silva	
	MATOS, Júlio de
	MELO, António Hernâni Gomes
	MENDONÇA, José de Amorim
MENGOSSI, Jean	
	MIRA, Gabriel José Gomes
MIRA, Manuel Cruz da Costa	
MIRANDA, Manuel Vaz de	
MONTEIRO, António José	
	MONTEIRO, José do Rego
MONTEIRO, Tomás Inácio da Costa	
	MOREIRA, Rocha
MORGADO, António Henriques	
MORAIS, Alberto Coutinho da Silva	
MOURA, Acúrcio Martins	
	MOURA, Augusto Alves
	MOURA, Jerónimo Pinto
MOURÃO, António Guedes de Vasconcelos	
	NEVES, José Soares
NEVES, Júlio Tomás	
	NOVAIS, João
	NUNES, Augusto Malafaia
OLIVEIRA, Albino José da Silva	
	OLIVEIRA, Guedes de
OLIVEIRA, José Francisco	
OLIVEIRA, Luis Firmino	
OLIVEIRA, Manuel Damásio de Sousa	
	PALA, José Afonso
PAULA, Francisco Fernandes de Sousa	PAULA, Francisco Fernandes de Sousa
	PERDIGÃO, Manuel Lopes
	PEREIRA, António Alves
PEREIRA, António José da Silva	
	PEREIRA, Delfim Tibério da Costa
	PEREIRA, Manuel Gonçalves
PEREIRA, Manuel da Silva	
PIMENTA, Adriano Augusto	PIMENTA, Adriano Augusto
	PIMENTA, Domingos José Francisco Alvarim
PIMENTEL, António Dias	
PINHO, Eduardo Moreira	
PINTO, Francisco da Cunha	
PINTO, Francisco Fernandes da Silva	
PINTO, Francisco Maria da Silva	

Membros da Maçonaria	Civis implicados na revolta
	PINTO, João Pais
	PINTO, Vitor José de Deus Macedo
PINTO, Zeferino José	
PONA, Eduardo Pereira de Paiva	
	QUINTELA, José Lopes
RAMALHOSA, António Luis de Araújo	
RANGEL, José de Sousa	
RATO, João Carlos	
RATO, José Joaquim	
REIS, Aurélio Paz dos	REIS, Aurélio Paz dos
REIS, José Soares da Silva	
	REIS, José Ventura dos Santos
	RIBEIRO, Custódio José
RIBEIRO, Delfim Maria	
ROCHA, António Libório Frederico	
ROCHA, Artur Tomás da Silva	
ROCHA, Manuel Joaquim Tavares	
ROCHA, Manuel Martins	
	ROCHA, Manuel da
	ROCHA, Pinto da
	RODRIGUES, Custódio
RODRIGUES, Ernesto Abílio	
	RODRIGUES, João de Deus
	RODRIGUEZ, José Cervaens
RUSSO, António Coutinho	
SÁ, João Rodrigues	
	SAENZ, Domingos Feito
	SAMPAIO, José Pereira de (Bruno)
SANTOS, Alexandre de Almeida	
SANTOS, António Domingues	
	SANTOS, Carlos Augusto dos
SANTOS, Eduardo da Costa	
SANTOS, Ernesto Joaquim Pereira	
SANTOS, Francisco Alexandre da Costa	
SANTOS, Manuel Gomes	
SCHAELUTZEL, Josna	
SEABRA, Artur Augusto Albuquerque	
SEQUEIRA, António Manuel	
	SEVERO, Ricardo
	SILVA, António
SILVA, António Duarte Pereira	
	SILVA, Dionísio Ferreira dos Santos
SILVA, Francisco	
SILVA, Francisco Ferreira	
SILVA, Francisco Gouveia	
	SILVA, Jacinto
SILVA, Januário Pereira	

Membros da Maçonaria	Civis implicados na revolta
	SILVA, Joaquim Felizardo de Lima Pereira
	SILVA, José Augusto
SILVA, José Maria Queirós de Sousa	
	SILVA, Luis Ferreira
SILVA, Manuel Francisco	
SILVA, Manuel Pinto Rodrigues	
SOARES, Arnaldo José	
	SOARES, João Carlos Vieira
SOBRINHO, António Martins Ferreira	
SOUSA, Alberto Júlio Marques	
SOUSA, António Pereira	
SOUSA, Artur José	
	SOUSA, Casimiro Augusto de Lima
	SOUSA, Eduardo Alfredo
	SOUSA, Francisco
SOUSA, Horácio Alves	
SOUSA, Inácio Raimundo	
SOUSA, João Freire	
SOUSA, José Pereira	
SOUSA Júnior, João Martins	
SOUSA Júnior, Joaquim	
TEIXEIRA, António Rodrigues	
TEIXEIRA, Augusto Flaviano	
TEIXEIRA, Pedro Maria	
	TELES, Basílio
TOSSINI, Júlio	
	TRANCOSO, Alípio Augusto
TRAVANIA, Manuel Luso da Silva	
	VASCONCELOS, Joaquim Pinto de
VEIGA, Augusto Manuel Alves da	VEIGA, Augusto Manuel Alves da
VEIGA, Luís Cândido	
VERDIAL, Miguel Henriques	VERDIAL, Miguel Henriques
VIANA, João Rodrigues	
VIEIRA, Serafim da Silva	
	VICENTE, Luis

NOTA: Agradeço ao Professor Doutor A. H. de Oliveira Marques as fontes relativas aos membros da Maçonaria do Porto, em 1891.